CONCLUSÃO

O Amapá tem uma das menores densidades populacionais, de cerca de 2,6 habitantes por km². Em 1996, apenas três de seus 15 municípios possuíam população superior a 20 mil habitantes e totalizavam 84% da população estadual: Santana, Laranjal do Jari e Macapá, a capital, com cerca de 220 mil pessoas, que concentrava sozinha 58% dos habitantes do Estado. O grau de urbanização do Amapá era, em 1996, de 87%, valor determinado por esses três municípios, cujas populações são majoritariamente urbanas.

A população do Amapá tem crescido nos últimos 20 anos a taxas muito superiores às brasileiras: 4,67% a. a. entre 1980 e 1991 e 5,67% a.a. entre 1991 e 1996, contra 1,93% a.a. e 1,36% a. a. no Brasil, nos dois períodos, respectivamente. No período de 1991 a 1996, o Estado caracterizou-se como área de forte absorção da migração regional. A população rural apresentou queda nos dois períodos estudados, de respectivamente 2,32% a.a. e 2,47% a.a., enquanto a população urbana cresceu 7,7% a.a. entre 1980 e 1991 e 7,3% a.a. entre 1991 e 1996.

A economia do Amapá é diretamente dependente dos recursos naturais e caracteriza-se pela exploração de matérias-primas, produtos primários e pela fabricação de bens semi-elaborados. Em sua estrutura, observa-se que essa economia está centrada principalmente no setor de serviços, responsável pela geração da maior parte do PIB do Estado (71%). Nesse segmento, destacam-se a administração pública, o comércio e os aluguéis, com participações de 31,9%, 14,3% e 12,2% do PIB estadual, respectivamente. A indústria vem a seguir, com 21,9%, com evidência para a construção civil, com 14,6% do PIB estadual. Por fim, o setor agropecuário aparece com uma participação de 8,1% na composição do PIB do Estado.

Os dados relativos à evolução das ocupações e do emprego, segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), correspondentes ao período entre 1992 e 1999, podem constituir um indicador importante para que as instituições de educação profissionalizante definam suas prioridades; ao serem analisados, os dados apontaram que as maiores taxas de crescimento do emprego ocorreram nos ramos de transporte ou comunicação (18,1% a.a.), indústria de transformação (10,7% a.a.) e serviços

sociais (7,6%a.a.); já os segmentos que empregaram maiores contingentes foram o comércio de mercadorias, prestação de serviços e serviços sociais.

A indústria do Amapá mostra-se ainda incipiente, com reduzida participação no valor da transformação industrial do país. A Paer pesquisou no Estado unidades industriais com mais de 20 pessoas ocupadas, o que resultou em 11 estabelecimentos que ocupam 590 trabalhadores. As atividades concentram-se na produção de bens de consumo não-duráveis – abate de reses, preparação de produtos de carne e pescado, fabricação de móveis e bebidas – e intermediários – desdobramento da madeira, fabricação de celulose, papel, cerâmicos não refratários e estrutura metálica para a construção civil. A maior parcela das unidades industriais instaladas na região é unilocalizada e de pequeno porte (cerca de 53% das unidades pesquisadas possuem entre 20 e 99 pessoas ocupadas). Exceção pode ser conferida, sobretudo, ao segmento de papel e celulose, responsável por gerar 48% do valor da transformação industrial (IBGE, 1999) e agregar empresas multilocais com unidades de grande porte que possuem atividade industrial no Estado.

Quanto à distribuição espacial, a produção industrial, assim como as demais atividades econômicas, está concentrada na capital (Macapá) e na cidade portuária de Santana, que constitui importante ponto de escoamento de mercadorias para outras regiões. As receitas das vendas de produtos manufaturados se restringem, contudo, ao mercado interno: cerca de 43% advêm de outros estados da Federação e o restante da própria região, não havendo nenhuma relação com o mercado externo.

O modesto estágio de desenvolvimento industrial e de relações com o mercado nas unidades industriais da região contribuem, em grande medida, para a fabricação de produtos pouco intensivos em tecnologia e em capital humano qualificado. Daí as taxas de difusão de computadores, equipamentos automatizados e programas voltados ao aumento da qualidade e produtividade mostrarem-se inferiores à média apresentada por estados mais industrializados.

Finalmente, o baixo grau de qualificação do pessoal ocupado reflete-se, sobretudo:

- nas exigências para contratação de pessoal: quanto ao nível de escolaridade, os requisitos se restringem ao ensino médio e fundamental e, quanto a cursos profissionalizantes, privilegiam-se os de curta duração e de nível básico em todas as categorias ocupacionais;
- no tipo de treinamento: a maior parte do treinamento é realizada informalmente no próprio local de trabalho, por um supervisor ou superior direto, e voltada à transmissão de conhecimentos básicos necessários à execução da rotina do trabalho. Os treinamentos fora do posto de trabalho, embora formalizados, limitam-se a cursos específicos de curta duração, segurança e higiene no trabalho e a atividades de operação de máquinas e equipamentos. Cursos que exigem maior nível de instrução, como línguas estrangeiras e informática, e maior experiência administrativa, como novos métodos e técnicas gerenciais e de coordenação, além de serem pouco difundidos, são exclusivos de profissionais mais especializados, de nível médio e superior;
- no baixo nível de envolvimento, quantitativo e qualitativo, das unidades industriais com escolas técnicas/profissionalizantes: o relacionamento com instituições de ensino profissionalizante, além de ser praticado por um número pouco expressivo de unidades industriais, restringe-se a instituições locais de ensino profissionalizante pertencentes ao Sistema S (como Sesi e Senai) e Sebrae (serviço de apoio às micro e pequenas empresas).

A pesquisa da Paer do setor serviços coletou informações sobre as unidades locais com mais de 20 empregados que atuavam no Estado em 1999,. Esse levantamento resultou na consolidação de informações para 30 unidades, responsáveis pelo emprego de 2.410 pessoas nos segmentos de transporte, de saúde, de produção e distribuição de eletricidade, gás e água e telecomunicações e do segmento chamado demais serviços, ai incluídos os serviços técnicos prestados às empresas, de comunicação, de turismo e de manutenção e reparação.

Os demais serviços apresentam maior número de unidades locais e são responsáveis por 40,5% do pessoal braçal e de menor qualificação. Por outro lado, absorvem 29,6% do pessoal de nível superior do setor serviços. Esse fato

é consequência da grande presença de unidades que exercem a atividade de alojamento e alimentação, grande empregadora de mão-de-obra de baixa qualificação. Quanto à mão-de-obra de maior qualificação, destacam-se as atividades vinculadas aos serviços técnicos prestados às empresas. O pessoal qualificado encontra-se, na maioria (80,8%) locado na atividade de transporte.

Mas é o segmento de distribuição de eletricidade, gás e água e telecomunicações que concentra o maior número de empregados, sobretudo das categorias ocupacionais de nível superior, dos técnicos de nível médio e do pessoal semiquualificado.

O segmento de saúde, responsável por apenas 8,7% do pessoal ocupado no setor, tem maior participação de empregados nas categorias de qualificados, técnicos de nível médio e nível superior.

Apesar do esforço para a informatização das atividades administrativas ter sido uma das principais estratégias de gestão em 53,3% das unidades e ter ocorrido a informatização das atividades operacionais em 43,3% delas no triênio 1997-1999, nota-se a baixa utilização de computadores, com média de seis empregados por equipamento.

No entanto, é importante considerar que existe uma tendência de aumento do nível de informatização, indicada principalmente na intenção das empresas de serviços de adquirir equipamento de informática e telecomunicações nos próximos três anos.

Do ponto de vista regional, assim como na indústria, a distribuição espacial das atividades de serviços no Estado do Amapá mostra uma expressiva concentração no município de Macapá.

A análise dos requisitos de contratação mostra que, para o pessoal semiquualificado ligado à atividade principal, escolaridade mais requisitada pelas unidades do setor é a 4ª série do ensino fundamental. Para a contratação do pessoal qualificado ligado à atividade e do pessoal administrativo básico, o ensino médio completo é o mais exigido. Chama a atenção o fato de que, para a contratação do pessoal administrativo básico, existe maior nível de demanda, pois nenhuma unidade declarou aceitar nenhuma escolaridade ou apenas a 4ª

série do ensino fundamental, ao contrário dos requisitos para as outras categorias de qualificação ocupacional analisadas.

Os cursos profissionalizantes são pouco pedidos para a contratação dos empregados semiqualeificados. Já para as outras categorias, o nível básico é o mais exigido para o pessoal qualificado, enquanto para os técnicos de nível médio e de nível superior os cursos de habilitação técnica de nível médio são mais solicitados. Os cursos profissionalizantes também foram bastante demandados na contratação do pessoal administrativo.

São fundamentais para o exercício das atividades do setor de serviços em todas as categorias profissionais a capacidade de realizar trabalhos em grupos, o contato com clientes e o uso da expressão e a comunicação verbais na rotina de trabalho. Já o uso de língua estrangeira faz parte da rotina de poucas unidades. A matemática básica é mais característica do pessoal de nível superior. O uso de computador, o conhecimento técnico atualizado e a redação básica são freqüentemente associados às rotinas do pessoal administrativo e dos técnicos de nível médio e de nível superior, enquanto as técnicas de qualidade, além dessas categorias já citadas, também fazem parte da rotina do pessoal qualificado.

A falta de conhecimento específico da ocupação foi o fator identificado pelas unidades locais como o mais prejudicial ao desempenho profissional do pessoal semiqualeificado e qualificado, enquanto a falta de conhecimento de informática é o que mais prejudica o pessoal de nível básico e os técnicos de nível médio administrativo.

Durante a análise dos dados coletados, é importante lembrar que, devido à metodologia adotada, uma parte das unidades locais, ou seja, aquelas com menos de 20 pessoas ocupadas, não foi pesquisada.

Quanto ao setor primário, ele é caracterizado por um baixo nível tecnológico e pela agricultura de subsistência. O extrativismo vegetal encontra-se em expansão devido às políticas de apoio do governo estadual. A baixa demanda de mão-de-obra técnica apontada pela análise das dinâmicas agropecuárias do Amapá mostra que, com a pequena utilização de tecnologia em praticamente todos os principais sistemas de produção agropecuários, agroflorestais ou

extrativistas, há um grande potencial de ganhos econômicos pela futura disseminação de informações técnicas entre a maioria dos produtores.

Apesar das transformações provocadas pela expansão da fronteira agropecuária, as populações rurais do Estado têm conseguido desenhar perspectivas de sustentabilidade econômica, social e ambiental, mobilizando o poder público, a comunidade científica e parceiros internacionais.

O apoio decisivo do governo estadual, por meio de programas de garantia de infra-estrutura (transporte, energia) e mercado como, por exemplo, as feiras e centrais de comercialização, o programa de escoamento da produção agrícola e as compras provenientes da demanda do estado, como a da merenda escolar e a dos móveis para os equipamentos públicos, aliados à construção de parcerias para viabilização de exportações, em especial para a Guiana Francesa (móveis) e para a França (castanha do Brasil), tem possibilitado a mobilização da sociedade em torno dessas novas perspectivas.

Esse conjunto de novas atividades aponta para uma maior relevância do conhecimento científico e tecnológico como fator de avanço econômico, gerados a partir de um paradigma baseado no respeito à cultura e ao conhecimento das populações tradicionais sobre as formas de manejo sustentável do ecossistema, resumido no conceito de agroextrativismo, que envolve também a produção científica e tecnológica.

Não basta, no entanto, apenas a produção de conhecimentos científicos relevantes sobre o ecossistema local. É preciso incorporá-los às práticas produtivas e difundí-los entre os produtores do Estado. A constituição de Escolas Profissionalizantes nos municípios pólos, através da política de descentralização industrial implementada pelo Governo do Estado nos municípios de Oiapoque, Laranjal do Jari e Calçoene aponta nesse sentido.

Alguns temas necessariamente deverão ser desenvolvidos de forma a adequar o esforço de capacitação profissional às exigências das novas perspectivas colocadas:

- a) capacitação para a gestão econômica e de qualidade na produção agroflorestal;

- b) capacitação em técnicas de agroindustrialização de produtos agroflorestais;
- c) capacitação em comercialização de produtos agroflorestais, incluindo mercados externos;
- d) capacitação em tecnologias sustentáveis de manejo agroflorestal;
- e) capacitação para o ecoturismo;
- f) capacitação em design e técnicas para movelaria.

Assim, a Educação Profissional pode vir a desempenhar um papel chave na consolidação do agroextrativismo como estratégia econômica principal do setor primário amapaense.